

SIMPÓSIO

Violência e religiões: uma introdução

Márcio Fabri dos Anjos

Ocorrem, hoje, violentos conflitos de diferentes tipos em que a religião parece estar evidentemente implicada. Para compreender essa intrigante relação entre as religiões e a violência na sociedade, é preciso considerar o que se passa no interior das mesmas e em seus contextos sociais globais. Dada a complexidade do tema, estudos atuais privilegiam a análise do judaísmo, cristianismo e islamismo, três grandes religiões monoteístas. Neste ensaio se buscam chaves de leitura mais gerais para o assunto. Após inserir as religiões dentro da condição humana de luta pela sobrevivência, ressaltam-se alguns lugares fundamentais da experiência religiosa mais relacionados com a violência: a figura de Deus e seus mandamentos, a consciência das religiões sobre suas próprias construções que implicam violência, suas concepções sacrificiais e, por fim, seu papel de sustentar uma identidade social em meio a grupos sociais conflitivos.

Márcio Fabri dos Anjos

Doutor em Teologia, professor titular da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e vice-presidente da Sociedade de Bioética de São Paulo

Unitermos: religião e violência, sacrifícios, conflitos sociorreligiosos, sobrevivência

Em meio ao atual contexto de múltiplas formas de violência, chama-nos a atenção a intrigante participação das religiões especialmente em guerras, atentados terroristas e revoluções nacionalistas. Estamos presenciando conflitos étnicos, nacionais e entre nações, nos quais a religião parece ser um fator responsável pelo próprio conflito. Como entender essa implicação quando seria exatamente de se esperar que as religiões fossem um refúgio e solução para as interrogações da violência? As religiões carregam de alguma forma a violência em suas próprias estruturas organizacionais? Como podem ajudar a superar a violência no mundo?

Estas são umas poucas perguntas acerca de um assunto muito vasto e complexo. Neste breve relato buscamos recolher algumas notas introdutórias para a compreensão da relação entre as religiões e a violência e de como, eventualmente, elas se inserem no cenário dos conflitos sociais

contemporâneos. Limitamo-nos, assim, a indicar apenas alguns tópicos, não necessariamente conexos entre si, mas que facilitem um primeiro entendimento do tema.

A relação das religiões com a violência é de fato bem mais ampla do que a evidenciada em conflitos políticos. Existem aspectos no interior das religiões que são de grande importância para se compreender suas incidências sociais. Em vista disso, os estudos sobre o tema têm privilegiado atualmente a consideração de três religiões: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, que aparecem tanto em estudos comparativos como em análises particularizadas (Bingemer: 2001; Armstrong: 2001, 2002/a;b). Estudos que procuram abranger o conjunto das religiões lidam, naturalmente, com uma complexidade maior, pela diversidade de referências a que se abrem (Pereira; Santos: 2004).

Neste ensaio, gostaríamos de oferecer algumas chaves mais gerais de compreensão sobre o tema, não nos atendo somente às três religiões monoteístas como também não nos fixando na explicação do atual envolvimento das religiões em grandes conflitos da atualidade. Embora façamos indicações simplificadas, acreditamos ser útil perceber como as religiões carregam um desafio interno muito forte ante a violência, antes mesmo de se postarem diante de conflitos sociais. Isto pode, inclusive, ajudar a compreensão de suas posturas sociais.

Um pequeno mapa da violência na religião

Para se ter uma idéia do quadro em que as religiões aparecem envolvidas com a violência,

anotamos a seguir cinco áreas ou aspectos. Nos realces abaixo apresentados as dimensões são entrelaçadas, sendo talvez mais fácil distingui-las em teoria do que na prática. Não iremos desdobrar cada um destes aspectos neste ensaio, apenas alguns. Pretendemos esboçar apenas um pequeno mapa da relação das religiões com a violência.

Cumpre, em primeiro lugar, observar que a violência, enquanto condição humana, é antes um desafio para as religiões que uma decorrência delas. Nesse sentido, as religiões não escapam de lidar com a violência ao desenvolverem propostas de vida, mas não se colocam *a priori* como suas causas.

Um segundo aspecto seria exatamente o de ver como as religiões interpretam a violência e que propostas, a partir daí, fazem sobre ela. Isto levaria a uma análise das concepções fundamentais de cada religião em suas linhas de espiritualidade, interagindo com seus diferentes contextos culturais. Este é o lugar em que as religiões desenvolvem suas fundamentações, diretrizes espirituais, normas, códigos penitenciais, rituais e simbolismos, muitas vezes marcados pelos sacrifícios (Girard: 1990, 1991, 2004). Mostrar-se-ia aqui a carga de violência por assim dizer teórica que as religiões carregam em suas fundamentações e propostas religiosas.

Um terceiro aspecto se evidenciaria em uma leitura sociológica da organização dos próprios grupos religiosos no interior de suas comunidades e nos relacionamentos com outros grupos. Apareceriam, por este enfoque, os silêncios

SIMPÓSIO

das religiões diante das violências ou suas acusações indignadas e seus esforços alternativos; seriam também analisadas as práticas violentas no interior das religiões, através de intimidações, discriminações e privilegiamentos.

Um quarto aspecto estaria no estudo das violências decorrentes de lutas entre religiões, onde no epicentro da violência localizaria-se de alguma forma a conquista religiosa. Existem perguntas históricas a esse respeito. Por exemplo, sobre as cruzadas e a conquista espiritual que acompanhou o colonialismo na época dos descobrimentos das Américas. Trazendo para os tempos atuais, a atenção se voltaria para as violências certamente mais veladas que decorrem na disputa pelos espaços sociais das religiões, onde a violência se mistura com a agressividade do marketing religioso. Este tópico comportaria também uma consideração das disputas entre diferentes confessionalidades, facções e tendências dentro de uma mesma religião. O cristianismo e o islamismo têm oferecido abundantes exemplos nesse sentido, onde caberia estudar as formas de violência que daí resultam internamente.

E, por fim, um quinto aspecto, em que as religiões aparecem no bojo de violências sociais e onde cabe perguntar até que ponto são ou não responsáveis pelos processos de violência e como se relacionam com as instâncias políticas que os conduzem. Como se pode intuir, as religiões participam dos conflitos sociais levando a herança de suas intuições fundamentais internas e suas tradições espirituais e grupais construídas ao longo da história. Por isso mesmo, as duas dimensões, interna e externa,

das religiões são fatores indispensáveis para a boa compreensão do tema.

Em nome de Deus, a luta pela sobrevivência

As religiões, desde suas mais remotas origens, participam do desafio comum de toda a humanidade na luta pela sobrevivência. Estamos supondo, com isto, que a vida se dá em condições conflitivas que implicam em diferentes formas de violência. Nossos processos de vida, a começar pela necessidade de alimento e de ocupação de espaço, são processos que implicam em conflitos e violência. A sobrevivência em tal contexto depende da qualidade das relações dos indivíduos e grupos em meio à rede de relações sociais e ambientais. Criam-se, conseqüentemente, sentidos e significados que garantem às pessoas e grupos um horizonte de autocompreensão, de identidade, de motivações e encaminhamentos para a vida.

Aqui parece estar uma fonte primeira de compreensão para a relação entre as religiões e a violência. A experiência religiosa da divindade ocorre estreitamente conexa com esta busca de sobrevivência em meio a um contexto inseparável da conflitividade. Obviamente, uma questão fundamental será o papel atribuído à divindade neste processo.

Na experiência do povo bíblico podem-se colher amostras interessantes do que se passa nesta direção. A formação do povo perpassa, ali, por conflitos tribais, escravidão e disputa pela terra. A figura de Deus ocupa lugar central nesta trajetória. Na luta contra os amalecitas, diz um

relato que enquanto Moisés conservava a mão levantada em oração o seu povo vencia; quando a abaixava, venciam os inimigos; e uma vez apoiados os seus braços “suas mãos não se fatigaram até o por do sol, e Josué derrotou Amalec e sua gente a fio de espada” (Êxodo 17, 8-13). A vitória contra os inimigos é atribuída à misericórdia e ao amor ciumento de Deus para com o seu povo. Isto permite orações cercadas pela violência, como nos salmos em que se pede explicitamente a humilhação, o castigo e a morte dos inimigos.

Aqui se vê um lado de violência em expressão religiosa. Mas deve-se notar que não é propriamente a religião que causa a violência nestes processos. Trata-se, antes, de um povo que se vê ameaçado e busca desesperadamente sua afirmação, identidade e sobrevivência. A religião entra como princípio de solução. Conforme Paulo Beauchamp (2004, p.1.857), “o Deus bíblico toma sobre ele uma violência provisória, ou 'econômica'. Ele manda matar os inimigos na guerra de conquista pois sua maneira de viver contaminaria o seu povo”. Parece contraditório, mas a violência visaria de alguma forma criar condições para uma outra ordem em que ela própria seja rechaçada. Veremos, mais adiante, como a violência se insere nas religiões através de diferentes modelos ou paradigmas.

Continuando a tomar como amostra de análise o que se passa na experiência do povo bíblico, pode-se perceber um entrelaçamento entre os mandamentos e a busca de princípios alternativos ou pelo menos moderadores da violência. Os conhecidos “dez mandamentos” da lei mosaica expressam esses passos da religião em

contraposição a uma sociedade feita de violências. A lei de Talião – “olho por olho, dente por dente” – já é um primeiro passo de moderação aos excessos da vingança. Mas o decálogo obviamente avança muito mais. O respeito à vida em geral e à vida humana em particular se coloca como princípio contundente. A afirmação da supremacia de Deus tem uma incidência direta em constituir a reciprocidade entre os semelhantes e convocação para a formação de um povo solidário. Em outros termos, a afirmação da supremacia de Deus – “só Deus é o Senhor da vida” – tem endereço certo: “não matarás”. Esta concepção se reparte gradativamente com respeito aos estrangeiros e sofredores da vida, recolocando-se, em nome de Deus, a memória constante da escravidão, exílio e violências sofridas pelo povo bíblico.

Pode-se concluir este primeiro tópico dizendo que a violência precede as religiões. É desta forma importante procurar, por detrás de religiões envolvidas em violências, as experiências de violência sofrida e de luta pela vida a que as pessoas e grupos religiosos concretos estão submetidos. Isto não torna inocente o papel das religiões em meio à violência. Mas desloca a questão para o lugar social que a religião ocupa e seu papel social diante dos processos de sobrevivência e de violência.

Religiões e violência: desafio da consciência religiosa

Sabemos que a violência tem muitas faces e que também se verifica em formas veladas – as quais constituem importante interface das religiões com a violência, embora se trate de

SIMPÓSIO

relação nem sempre evidente. Entretanto, ao elaborarem o horizonte de sentidos e significados para a vida, as religiões exercem um papel legitimador ou crítico diante das situações vigentes. Em outras palavras, incidem em uma realidade sociocultural com a qual historicamente interagem. Na visão global com que cada religião interpreta o sentido da vida, das relações, da divindade, e nas formas concretas com que realizam a construção de seu grupo religioso, pode-se perceber como lidam com violências implícitas em uma ordem sociocultural estabelecida. Os estatutos de uma religião podem se apresentar com conotações de origem totalmente transcendentais. Mas exatamente por se tratar de experiência humana da divindade, não escapam de ter um nascedouro marcado por comprometimentos históricos.

As experiências chamadas fundantes em cada religião, basicamente a experiência mais forte de seus fundadores, são espaços privilegiados para identificar tais comprometimentos e as primeiras linhas de interação histórica. Assim, por exemplo, parece marcante para o budismo o encontro de Buda com o ciclo da vida humana marcado pela doença, velhice e morte; diante do que para ele “a única realidade é a dor universal”, sendo o resto pura ilusão (Santidrián: 1996, 81). O judaísmo e o cristianismo estão bem mais marcados pela experiência de povo e comunidade. O islã, conforme a raiz do próprio termo que significa submissão, acentua o submetimento a Deus (Santidrián: 1996, 251) e, como realça M. Binguemer (2004, p.115s.), carrega uma herança combativa na experiência militar e política de suas origens, ao contrário do cristianismo. Contudo, embora a experiên-

cia dos fundadores persista como suma referência, é nas formas que vão tomando a interpretação e organização concreta de seus seguidores que se consolidam os espaços da violência nas religiões.

Em uma perspectiva sociológica, de corte político-econômico, Max Weber (1922, 190) apontava o comprometimento das religiões com diferentes classes sociais. Referia-se ao confucionismo como “ética estamental dos prebendários, dos homens com educação literária que se caracterizavam pelo racionalismo secular. Quem não pertencia a essa camada culta não tinha importância”. Anotava que o “hinduísmo original era esposado por uma casta hereditária de letrados cultos, que, afastados de qualquer cargo, funcionavam como uma espécie de conselheiros ritualistas e espirituais para indivíduos e comunidades”. Uma religião que legitima castas sociais nitidamente subordinantes e subordinadas. Dizia também que “o budismo foi propagado pelos monges, rigorosamente contemplativos, mendicantes, que rejeitavam o mundo e, não tendo lares, migravam. Somente eles eram membros integrais da comunidade religiosa; todos os demais continuavam sendo leigos de valor inferior: objetos da religiosidade, e não sujeitos”. Sem reduzir as religiões a tais assimetrias, essas referências de Weber são aqui trazidas apenas para exemplificar a possibilidade de comprometimentos históricos das religiões com formas de violência, estruturadas na ordem social.

Semelhante leitura sociológica pode também ser feita dentro do judaísmo e do cristianismo, através de suas histórias. Nas últimas décadas,

o cristianismo, por exemplo, vem assumindo uma autocrítica pela qual gradativamente reconhece que em seu meio existe a violência em forma de discriminação em questões de gênero, de etnia, de classes sociais e semelhantes.

Em poucas palavras, as religiões não estão imunes às assimetrias de relações sob forma de violências implícitas em suas organizações. Nem mesmo estão imunes de utilizar sua fundamentação espiritual para legitimações ambíguas dentro e fora de sua organização. Mas as religiões, além de não se reduzirem a tais assimetrias, são ao mesmo tempo dinâmicas e por isso mesmo capazes de assumir correções em suas ambigüidades. Isto permite, como veremos adiante, esperar sempre um importante papel das religiões na superação da violência no mundo. Pode-se dizer que entre os grandes desafios hoje enfrentados pelas religiões no tema da violência está a necessidade de elas crescerem na consciência quanto ao seu envolvimento com a violência.

Os sacrifícios: um lugar antológico da violência nas religiões

Os sacrifícios são expressão inequívoca da violência. Mas, como a própria violência, têm diferentes contextos e sentidos. Abrem, inclusive, um sentido para a violência auto-aplicada, contando em grande parte com a autonomia dos sujeitos. Constituem, dessa forma, um lugar antológico para revelar modelos ou paradigmas de como as religiões lidam com a violência. É interessante notar, previamente, que os sacrifícios têm lugar garantido nas

sociedades de modo geral. De fato, discursos e práticas em torno dos mesmos atravessam as culturas vigentes e particularmente a cultura ocidental, marcada por ideais liberais e pelas facilidades do progresso tecnológico. As dietas e intervenções plásticas estéticas fornecem exemplos corriqueiros nesse sentido. Também estão implícitos nas poupanças econômicas e são naturalmente requeridos nos procedimentos para o sucesso profissional.

Não faltaram estudos para analisar a fundo a presença do sacrificalismo nos grandes sistemas políticos e econômicos do Ocidente (Hinkelammert: 1995). O filósofo alemão Hinkelammert (Assmann: 1991, 43) observa que a modernidade pretende ser anti-sacrificial, mas pactua com o sacrificalismo e se torna sacrificial. Isto acontece da mesma forma como ocorreu com os conquistadores que se opunham aos incas, maias e astecas, taxando-os de sacrificadores e até de canibais; e concluíam que, portanto, era justo combatê-los e 'sacrificá-los'. A "violência preventiva" adotada na guerra contra o Iraque poderia ser identificada dentro do mesmo esquema. A lógica sacrificial soa mais ou menos assim: "eles são violentos, portanto, acabemos com eles".

Entretanto, mais além da violência explícita do sacrificalismo, ressalta-se a violência implícita na lógica sacrificial dos sistemas sociais modernos. Nesse sentido, Hugo Assmann (1991, 110s) pergunta: "o que dizer, com terminologia sacrificial, das vidas sacrificadas em aras do progresso, do crescimento econômico [...], da 'racionalidade', aparentemente tão branda, dos 'ajustes estruturais' à lógica do mercado, etc.?"

SIMPÓSIO

Esta presença invadente dos sacrifícios na vida social tem merecido estudos analíticos em diferentes disciplinas. Os que mencionamos se destacam ao buscar sua trama antropológica na sociedade, aproximando-a com sistemas religiosos. René Girard (1990; 2004) desenvolveu uma apreciável chave de leitura da estrutura sacrificial através dos conceitos de “desejo mimético” e “bode expiatório”, que vêm se constituindo como interessante referência de aprofundamento para os enfoques acima relatados, cujos conteúdos densos não cabem nos objetivos deste ensaio.

Assim, os sacrifícios não são privilégio das religiões. São identificáveis no cotidiano da vida leiga e no coração das culturas. Por isto mesmo poderá haver um interesse na análise que segue. Buscando um caminho mais ágil para situar o lugar do sacrifício nas religiões e perceber a relação destas com a violência, mediante o sacrifício, distinguiremos de forma simplificada quatro tipos de sacrifícios religiosos: expiatórios, propiciatórios, ascéticos e os decorrentes da solidariedade. Eles permitem notar diferentes ângulos pelos quais a violência aparece nas religiões e de algum modo também fora delas.

a) Culpa e castigo: expiação religiosa e social – Na base dos sacrifícios expiatórios está a culpabilização e a necessidade de se reparar uma ordem ou poder. Os sistemas religiosos, de modo geral, se defrontam com o problema da ambigüidade humana, muitas vezes formulada como queda, pecado, imperfeição, impureza. O cerne da questão, aqui, não é propriamente a ambigüidade humana, inegável sob tantos pon-

tos de vista, mas o encaminhamento de solução que a ela se dá. Os sistemas religiosos expiatórios adotam soluções punitivas, 'purificatórias' especialmente através do castigo, do sofrimento imposto ou mesmo assumido, como na interpretação de doenças e catástrofes.

Há uma tríplice dimensão neste processo: a culpabilização, a reparação da divindade ofendida e a recuperação salvadora dos culpados ou impuros. A culpabilização por si só desencadeia um enorme processo de violência dentro das religiões, sobre o qual não tratamos diretamente aqui. Atendo-nos aos sacrifícios neste modelo, estes são feitos para aplacar a divindade e apresentar satisfação pela culpa, abrindo chance para o restabelecimento salvador das relações e da ordem. No cristianismo, do qual estamos culturalmente mais próximos, houve significativa acentuação da teologia da expiação entre os séculos VII e XII, que persiste até hoje. Um sistema chamado de “penitência tarifada” estabeleceu estreita relação entre os pecados e as “tarifas” a serem pagas por meio de jejuns e penitências (Vogel: 1969). As penitências são colocadas como privações ou castigos para “pagar os pecados”, um conceito conservador ainda persistente em diferentes religiões. Aqui se compreende melhor o realce dado ao sofrimento no filme “A paixão de Cristo”: o Cristo assumiu carregar as culpas do mundo e devia expiar os pecados da humanidade, mediante o sofrimento. Daí, a ênfase da dor no filme.

O sacrificalismo expiatório pode também aparecer em formas de missão expurgadora que pessoas ou grupos religiosos assumem diante de situações interpretadas como malélicas.

Justificam uma violência combativa “em nome de Deus”, infligindo castigo aos maus e restabelecendo o respeito à divindade – postura, na atualidade, encontrada em grupos religiosos radicais. Por outro lado, certos intervencionismos políticos atuais, com apelos a justificativas religiosas, igualmente participam deste quadro expiatório, com intenções expurgatórias;

b) O sacrifício: um diálogo com o sagrado – Os sacrifícios propiciatórios têm como núcleo o reconhecimento da supremacia e poder da divindade; e a correspondente necessidade e fragilidade humana. Podem ser entendidos, assim, como um diálogo com o sagrado. Seu gesto simbólico típico é curvar-se *ad orem*, isto é, de boca voltada para o chão, de onde vem o termo *ad-orar*. Este duplo reconhecimento de poder e fraqueza conduz espontaneamente ao pedido de proteção. O sacrifício aparece como modo de aplacar as iras e solicitar que o poder da divindade seja favorável, propício. A história das religiões traz variados exemplos desse modelo de sacrifício, geralmente voltado para a imolação de animais, de frutos da terra e do trabalho humano. Mas alguns rituais extremos podem implicar em sacrifícios humanos; inclusive o Brasil vivenciou casos recentes nesta linha.

Pode-se identificar nesse tipo de sacrifício uma negociação com o sagrado. Isto se torna claro em formas de religiosidade onde o sacrifício é realizado como tentativa de troca com um benefício almejado, nesta ou em vida após a morte. Um modelo, aliás, que a sociedade leiga bem conhece (excetuando o aspecto pós-morte) e que aparece com frequência em promessas do capitalismo moderno, incluindo

nítidas expressões sacrificiais como o “corte”, o “arrocho” e semelhantes. Algumas organizações religiosas têm se aproveitado deste conceito para motivar e fundamentar o pagamento de contribuições e doações, sobrecarregando exatamente pessoas carentes e fragilizadas em suas vidas;

c) Sacrifícios em busca das virtudes – Os sacrifícios que chamamos de ascéticos têm um cunho de exercício e aprendizado em busca de atitudes e comportamentos virtuosos por parte dos sujeitos. O estoicismo grego, de certo modo, já colocava o sacrifício no horizonte das virtudes. As religiões naturalmente trazem motivações espirituais para suas exigências e propostas neste sentido. Mas não se eximem, como o pensamento filosófico, de inseri-las em um horizonte mais amplo em que principalmente o dualismo corpo-espírito desempenha importante papel. À medida que se aproximam deste horizonte, assumem com facilidade o caráter repressivo à corporeidade, postura muito próxima dos sacrifícios purificatórios;

d) Sacrifício no contexto da solidariedade – Os sacrifícios nas religiões têm por fim uma importante fonte de sentido em seu nexos com a solidariedade humana. Seu núcleo central está no direcionamento para a construção do bem comum, da paz, do bem-estar; voltado, portanto, exatamente para a superação do sofrimento, das repressões e violências. Eles ocorrem como escolha livre e pessoal, como gesto solidário, uma vez que se tornam necessários para que o bem das pessoas se realize. Trata-se de um sacrifício “não-sacrificial”, pois decorre de um movimento de aproximação solidária.

SIMPÓSIO

Mais uma vez podemos exemplificar este ponto através do contexto judaico-cristão. Estudos bíblicos chamam a atenção para sacrifícios cujo desfecho é banquete e partilha; ressaltam a crítica dos profetas ao sacrificalismo; abrem uma leitura não-sacrificial da Bíblia, a propor exatamente a superação dos sacrifícios como o grande objetivo final de sua mensagem (Pixley, 1991). Voltando ao tema “paixão de Cristo”, esta adquire aqui outra chave de leitura segundo a qual o sofrimento e a morte não são desejados mas detestados como violência sofrida no caminho da reversão do processo de violência e injustiça. Sofrimento e morte podem ser até previsíveis em tais processos, mas o núcleo da paixão é a solidariedade assumida mesmo com o risco da própria vida e a decisão de superá-los de modo não ativamente violento. As figuras de Martin Luther King e de Chico Mendes, assassinados em contextos de suas lutas pela paz e justiça, elucidam de certa forma esta chave de leitura.

Concluindo esta sucinta ponderação sobre os sacrifícios, podemos perceber que seus diferentes sentidos mostram como existem diversos modelos ou paradigmas para as religiões construir a interpretação de suas fundações. Isto permite dizer que as grandes religiões enfrentam hoje o desafio de rever o sentido do sacrificalismo em suas motivações e fundamentos. Estão diante da necessidade de examinar até que ponto os condicionamentos socioculturais de uma época são transformados em tradições estáticas, anulando o dinamismo criativo e inspirador das religiões em favor da defesa da vida e da paz. Este parece ser um movimento significativo no interior das

religiões, notadamente do judaísmo, do cristianismo e do islamismo, nestas últimas décadas. Contrapondo-se ao fundamentalismo (Boff: 2002), a experiência religiosa é entendida como um grande processo de aprendizado; os livros sagrados são assumidos como sabedoria de vida e não como códigos de leis; e são mestres espirituais e não legisladores os seus fundadores e líderes. As religiões podem recuperar, por este caminho, a liberdade criativa e transformadora de suas fontes.

As religiões nos conflitos políticos atuais

Após esta breve análise da violência no interior das religiões, podemos considerar o envolvimento das mesmas em violentos conflitos políticos da atualidade. Este assunto é envolvente mas também complexo. Para casos específicos, como os ocorridos de longa data na Irlanda, Ruanda, Sri Lanka, Bósnia e semelhantes, há bibliografia analítica (Kuschel; Beuken: 1997). De fato, uma análise mais exaustiva exige sempre considerar as conjunturas locais que acompanham cada um dos conflitos. Outra opção, que não exclui esta anterior, consiste em fazer leituras globais, tendo particularmente presentes os grandes conflitos atuais no Oriente Médio. Vamos nos ater a algumas observações dentro desta segunda opção.

Para compreender o envolvimento das religiões nos conflitos violentos, um ponto de partida global pode estar na função das religiões em garantir a identidade de grupos sociais. Enquanto isto ocorre, a razão dos conflitos não

é propriamente religiosa, mas antes política. A religião sustenta a identidade e, assim, contribui politicamente nas tensões, mas não é o núcleo de sustentação dos conflitos. Especialista em estudos sobre o Oriente contemporâneo, o professor Ghalioun observa que hoje o islamismo “é a expressão do desejo de inscrição em uma nova identidade diante do vazio a que conduz uma modernidade mal dominada, estratificadora e devastadora. É o produto de uma crise que supera a religião e vai além de uma busca de uma nova religiosidade” (Ghalioun: 2004a, p.2). Em sua opinião, isto ocorre em meio a tendências divergentes internas ao próprio islamismo, ao ponto de se enfrentarem. Mas mesmo assim desenvolvem “uma forma particular de solidariedade que transcende a todas as outras: a solidariedade no rechaço ao estancamento, à marginalidade e exclusão independentemente da origem de cada uma delas. O islamismo quer ser a identidade dos que não têm identidade, a dos grupos e indivíduos desclassificados, dissociados de tudo” (Ghalioun: 2004 a, p.14).

As divergências internas ao islamismo teriam duas tendências: uma que se compõe com “o Estado e a sociedade moderna apelando cada vez mais para os valores da democracia liberal” e outra “revolucionária minoritária tendendo a uma crescente autonomia e a se lançar em uma batalha suicida e apocalíptica contra a ordem estabelecida, nacional ou internacional”. Conclui então Ghalioun que se engana quem tenta compreender conflitos e violências a partir dos textos sagrados. A chave, ao contrário, estaria no “elo essencial entre as novas reinterpretações do texto, positivas ou negativas, à luz

das condições sociopolíticas, econômicas e culturais nas quais se encontram as sociedades e os indivíduos muçulmanos de hoje” (Ghalioun: 2004, b). A religião entra, portanto, como um fator de identidade, ocupando além disso um espaço de fragilização das identidades nos tempos contemporâneos.

Um segundo aspecto dentro de tal complexidade aparece com o uso político que se faz das religiões. O mesmo autor acima citado reconhece no islamismo atual uma grande disputa pelo “controle do sentimento e capital religiosos” em vista da luta pelo poder ou para a manutenção de sua hegemonia. Um exemplo radical deste “capital religioso” pode estar no sacrifício da própria vida de homens e mulheres que se fazem bomba em atos de terrorismo. Não que o terrorismo decorra da religião, pois de fato ele é uma estratégia e não uma convicção religiosa. Mas é pela força contributiva das motivações religiosas que se tornam possíveis tais gestos. A religião traz motivações que a razão moderna de certa forma desconhece, ao fundamentar este sacrifício da própria vida nas bases de uma missão purificadora do mundo, na adoração profunda e na entrega total da vida nas mãos de Deus, e na expectativa da vida como prêmio, para além da morte. Simbolicamente, o gesto da auto-imolação, e ao mesmo tempo da morte de outras pessoas, é acompanhado pelo grito “Deus é grande”.

Isto mostra como as religiões são portadoras de significativo potencial, cujo controle é ambicionado na vida social desde os tempos mais antigos. A história mostra as variações com que o potencial religioso tem se inserido na

SIMPÓSIO

vida social. São conhecidas, entre outras, as cooptações que sistemas políticos e econômicos conseguiram fazer das religiões, de tal modo que tenha sido cabível, na época, a crítica marxista à religião como “ópio do povo”, ou seja, como anestésico diante das violências impostas pela moral vigente. Mas a própria história vem mostrando que as religiões são capazes de desenvolver um potencial transformador e profundamente envolvente nas relações sociais.

Desta forma, se as religiões estão expostas a ambiguidades no endereçamento social de seu potencial religioso, por outro lado não estão desprovidas de um dinamismo interno capaz de processar em sua história crises benéficas e transformadoras. Este dinamismo espiritual

das religiões é fonte de esperança nos tempos de violência que experimentamos. Não era preocupação neste breve ensaio recolher a contribuição das religiões na construção da paz e na superação das violências, o que não significa desconhecê-la. Cumpre enfatizar o atual esforço das grandes religiões em crescerem na consciência crítica e autocrítica diante dos processos de violência no mundo; e o não menos atual empenho em estabelecerem um amplo diálogo para tornar ágil e substantiva a contribuição religiosa diante da espiral de violência que ameaça a humanidade. Assim, exatamente porque as religiões se colocam tão próximas e implicadas nas relações de violência, é justo esperar delas uma contribuição de paz para a humanidade, que só elas especificamente podem trazer.

RESUMEN

Violencia y religiones: una introducción

Hoy en día ocurren violentos conflictos de diferentes tipos donde la religión parece estar evidentemente implicada. Para comprender esta intrigante relación entre las religiones y la violencia en la sociedad, es necesario considerar lo que sucede al interior de ellas y en sus contextos sociales globales. Dada la complejidad del tema, estudios actuales privilegian el análisis del judaísmo, cristianismo e islamismo, tres grandes religiones monoteístas. En este ensayo se buscan claves de lectura más generales para el asunto. Después de insertar a las religiones dentro de la condición de lucha por la supervivencia, se resaltan algunos lugares fundamentales de la experiencia religiosa más relacionados con la violencia: la figura de Dios y sus mandamientos, la conciencia de las religiones sobre sus propias construcciones que implican violencia, sus concepciones sacrificiales y, finalmente, su papel de sostener una identidad social en medio de grupos sociales conflictivos.

Unitérminos: religión y violencia, sacrificios, conflictos sociorreligiosos, supervivencia

ABSTRACT

Violence and religions: an introduction

Today different types of violent conflict are taking place in which religion is obviously implicated. To understand this intriguing relationship between religions and violence in society it is necessary to consider both what takes place inside them and their global social contexts.

Given the complexity of the theme, present day studies are favoring the analysis of Judaism, Christianity and Islam, the three great monotheistic religions.

The present essay seeks the keys to a broader understanding of the matter. After situating religions within the human condition of the struggle for survival, some fundamental aspects of the religious experience more closely linked to violence are highlighted: the figure of God and the commandments, the awareness of religions in regard to those of their own constructions that imply violence, their concepts of sacrifice and finally their role in sustaining a social identity in the midst of conflicting social groups.

Uniterms: religion and violence, sacrifices, conflicts, social-religious, survival

BIBLIOGRAFIA

Armstrong K. Jerusalém: uma cidade, três religiões. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Armstrong K. Em nome de Deus. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Armstrong K. Uma história de Deus: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Assmann H, organizador. René Girard com teólogos da libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios. Piracicaba: Unimep, 1991.

Beauchamp P. Violência. In: Lacoste JI, organizador. Dicionário crítico de teologia. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004. p. 1856-60.

Bingemer MC, organizador. Violência e religião: judaísmo, cristianismo e islamismo, três religiões em confronto e diálogo. São Paulo, Rio de Janeiro: Loyola: PUC, 2001.

Bingemer MC. Crer depois do 11 de setembro de 2001: atualidade da violência nas três religiões monoteístas. In: Pereira MS, Santos LA, organizadores. Religião e violência em tempos de globalização. São Paulo: ABHR/Paulinas, 2004. p. 99-135.

Boff L. Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade. Rio: Sextante, 2002.

Ghalioun B. El islamismo como identidad política o la relación del mundo musulmán con la modernidad. 2004a. Disponível em www.mafhoum.com.

Ghalioun B. Islam et terrorisme: de l'origine de la violence en pays musulmans. 2004b. Disponível em www.mafhoum.com/press2/71P33.htm.

SIMPÓSIO

Girard R. A violência e o sagrado. São Paulo, Petrópolis: Unesp: Vozes, 1990.

Girard R. O bode expiatório. São Paulo: Paulus, 2004.

Hellern Víctor, Notaker H, Gaarder J. O livro das religiões. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Hinkelammert F. Sacrifícios humanos e sociedade ocidental: Lúcifer e a Besta. São Paulo: Paulus, 1995.

Kuschel KJ, Beiken W, organizadores. Religião fonte de violência? Petrópolis: Vozes, 1997. (Concilium/272, 1997/4).

Pereira MS, Santos LA, organizadores. Religião e violência em tempos de globalização. São Paulo: ABHR: Paulinas, 2004.

Pixley J. Exige o Deus verdadeiro sacrifícios cruentos? In: Assmann H, organizador. René Girard com teólogos da libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios. Piracicaba: Unimep, 1991. p.189-220.

Santidrián PR. Dicionário básico das religiões. Aparecida: Santuário, 1996.

Vogel C. Le pécheur et la pénitence au Moyen-Age. Paris: Cerf, 1969.

Weber M. Die wirtschaftsethik der weltreligionen. Gesammelte aufsätze zur religionssoziologie 1922-3;1:237-68 apud Gerth HH, Mills CW, organizadores. Max Weber: ensaios de sociologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

mfabri@terra.com.br